



CADERNOS PENSE BRASIL

EDUCAÇÃO: UMA QUESTÃO DE FUTURO

SÃO PAULO, junho, 2019 - Nº 01



EDUCAÇÃO



CADERNOS

**PENSE
BRASIL**

EDUCAÇÃO:
UMA QUESTÃO DE FUTURO

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2019

Diretor Presidente

Ricardo Coutinho

Diretor Vice-presidente

Alexandre Navarro

Diretor Financeiro

Renato Xavier Thiebaut

Diretor de Estudos e Pesquisas

Carlos Amastha

Diretor de Organização

Fábio Maia

Conselho Curador

Presidente

Carlos Siqueira

Membros Titulares

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Domingos Leonelli

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Ricardo Coutinho

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

Suplentes

Felipe Martins

Henrique Antão

Conselho Fiscal

Membros Titulares

Ana Lúcia de Faria Nogueira

Carlos Magno Barbosa do Amaral Junior

Gerson Bento da Silva Filho

Suplentes

Alessandro Antônio Stefanutto

Paulo Sérgio Bomfim

Cadernos Pense Brasil

Coordenação-Geral

Fabio Maia

Coordenação Editorial

Márcia Rollemberg

Assessoria de Comunicação

Luciana Capiberibe

Edição

Instituto Paulista de Cidades

Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC)

Pesquisa e Texto

Adriana Silva

Fernanda Rosas Pires de Saboia

João Eduardo do Nascimento Fonseca

Tamara Ilinsky Crantschaninov

Projeto Gráfico

Diagramação: Adriana Silva

Foto da capa: Fredimir Alex Vasconcelos

Fotografia: Marcus Mendes

Revisão: Eva Barbosa

Assessoria de Comunicação e Redes Sociais

Muganga Criativa Comunicação Digital

Distribuição: Versões impressa e eletrônica

Tiragem: 3 mil exemplares

Acesso e *download*: <http://fjmangabeira.org.br/pensebrasil>

Catálogo na publicação (CIP)

F981b

Cadernos Pense Brasil: Educação uma questão de futuro / Fundação João Mangabeira. - Brasília: Editora FJM, 2019 - n.º 1, junho. mensal.

32 p.il. color 21 x 27cm

1. Política - Brasil. 2. Educação. I. Título. II. Fundação João Mangabeira (FJM).

ISBN: 978-85-60441-46-4

CDD 320

CDU 32 (81)



Fundação
João Mangabeira

Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa

CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279

www.fjmangabeira.org.br

www.facebook.com/Fjoaomangabeira

twitter.com/fj_mangabeira

www.instagram.com/fjmangabeira

www.tvjoaomangabeira.org.br

www.observatoriodademocracia.org.br

APRESENTAÇÃO

Foto: Marcus Mendes, 2019.



Com a certeza de que somente pensando e atuando criticamente será possível criar bases sólidas para a construção de um futuro socialmente justo e democrático, a Fundação João Mangabeira (FJM), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), está realizando o PENSE BRASIL, um projeto especialmente planejado para promover o debate e fortalecer as reflexões sobre o momento político.

Organizado no modelo de conferências e mesas explanativas, com encontros agendados para todos os meses, realizados em diferentes capitais do País, o PENSE BRASIL incentiva a ampliação e a consolidação de um campo orgânico-ético-político-intelectual capaz de retomar e ressignificar, em novas bases hegemônicas e conceituais, o projeto popular e democrático interrompido pelo golpe de 2016.

Com a participação de especialistas sobre os temas abordados, a primeira edição aconteceu em junho de 2019, na capital paulista, e debateu a crise

da Educação, com o olhar voltado para o futuro brasileiro.

Não sem motivo, esse foi o primeiro tema a ser abordado. A Constituição está sob ataque, e a perda de conquistas históricas no campo da Educação vivida nos dias de hoje, inicia o que parece ser uma catástrofe. Ainda que o destaque mais evidente tenha sido os cortes de verbas para as universidades e institutos de pesquisa, outras ações atingem frontalmente o desenvolvimento de uma Educação cidadã, o que pode comprometer o presente e o futuro de nosso país. As explanações do conjunto de palestrantes e moderadores convidados do Pense Brasil trazem dados e evidências nesse sentido e também apontam os caminhos e experiências positivas de gestões públicas, em especial as de governos do PSB.

Promover a ampla e profunda compreensão desses processos, ampliar a capacidade de comunicação com a sociedade e envidar esforços para manter o leme alinhado aos princípios democráticos são atitudes imprescindíveis para exercitar e avançar na nossa cidadania política com esperança.

Após cada encontro, registrado e acessível na internet, os conteúdos são difundidos no presente Caderno, que apresenta o primeiro Manifesto Pense Brasil, uma síntese com propostas para a Educação.

É preciso fortalecer todos os canais da democracia e a permanente luta socialista por uma Educação pública, universal e de qualidade para todos e todas as brasileiras.

Participe da agenda Pense Brasil comparecendo ao local das conferências ou interagindo diretamente nas redes sociais. Temos que conectar e integrar os movimentos sociais e políticos para resistir e principalmente retomar as forças porque “Não vamos desistir do Brasil”.

Ricardo Coutinho

Presidente da Fundação João Mangabeira

Manifesto Pense Brasil
por uma Educação pública, universal e de qualidade

EDUCAÇÃO

“

NÃO
vamos
desistir
do **Brasil**

”

Manifesto Pense Brasil
Por uma Educação pública, universal e de qualidade
Fundação João Mangabeira
Junho de 2019 – São Paulo

Compreendendo todas as manifestações realizadas no dia 13 de junho de 2019, durante o encontro promovido pela Fundação João Mangabeira (FJM), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), intitulado Pense Brasil Educação: uma questão de futuro e, considerando as contribuições ali apresentadas com potencial debate das ideias, em consonância com as bases socialistas do partido e de seus representantes, firma-se o Manifesto Pense Brasil por uma Educação pública, universal e de qualidade, a ser repercutido interna e externamente em prol da atuação socialista no tema. O quadro diagnóstico apresenta o seguinte cenário:

- Os avanços realizados na expansão educacional nas últimas décadas não foram suficientes para superar a imensa desigualdade educacional brasileira. Apesar da grande expansão do Ensino Fundamental (em 2017, 96,4% das crianças estavam na escola), a qualidade e capacidade de retenção dos alunos são baixas: no 9º ano, 60% está no nível insuficiente de português e 64% no nível insuficiente de matemática.
- 24,1% das crianças não concluem o Ensino Fundamental (2018). A distorção idade/série também preocupa. Nos anos finais do Ensino Fundamental, 26% dos estudantes têm atraso escolar de dois anos ou mais (2017).
- No Ensino Médio, maior gargalo da Educação brasileira, um em cada quatro jovens abandona os estudos entre 15 e 17 anos. Estamos longe de cumprir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de ensino integral (atualmente, 9,2% dos alunos no Ensino Médio frequentam escolas de tempo integral, contra 50% do desejado) e o Ensino Técnico é frequentado por somente 9% da população.
- Nesse cenário, será preciso levar em conta, ainda, os impactos da Reforma do Ensino Médio, que pode agravar ainda mais as desigualdades educacionais; e a finalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que hoje representa 60% do total investido na Educação Básica (2017).

- 
- O acesso ao Ensino Superior passou por uma revolução com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fies, que permitiram que a população de baixa renda acessasse a Educação universitária. No entanto, somente 19% dos jovens de 18 a 24 estão na universidade, quando a meta do PNE aponta para 38%.
 - Por fim, o País encontra dificuldades em reduzir seu índice de analfabetismo. O Brasil registrou, em 2017, pelo menos 11,5 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas (7% de analfabetismo), mais do que a meta proposta, de 6,5%, para 2015.

A FJM defende a retomada dos princípios constitucionais preconizados na Carta de 1988, bem como o aprimoramento e aprofundamento da Educação brasileira. Portanto, entende que essa tarefa abrange os seguintes pontos:

1. Promover reflexões a favor da Educação, a fim de consolidar uma plataforma reivindicatória ampla o suficiente para compreender todo o País, objetivando a criação de uma frente liderada pela vontade popular nacional;
2. Combater a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como PEC do Teto, e seus efeitos, garantindo que esse instrumento legal não estrangule o financiamento da Educação da maneira como se desenha na atualidade, deixando de garantir percentual vinculado da receita líquida e oferecendo somente a correção inflacionária;
3. Promover uma reforma fiscal efetiva, que consolide as reservas orçamentárias para a Educação;
4. Garantir que o tema Educação seja constantemente refletido e considerado nos debates sobre a Reforma Tributária, levando em conta que o financiamento público da Educação é intrínseco ao tema;
5. Atuar pela retomada do crescimento econômico do País, comprometidos com a meta de promover a equidade, considerando, que a política de financiamento da Educação pública passa pela melhoria da arrecadação tributária da Nação;
6. Fortalecer um modelo de gestão com base na cooperação compartilhada e autônoma dos entes federados, buscando uma base orgânica, funcional e colaborativa;
7. Empenhar todos os esforços possíveis para que os 14

milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever atravessam essa barreira das oportunidades;

8. Promover uma discussão ampla, com gestores, especialistas e sociedade, sobre as alternativas para a finalização do Fundeb, de maneira a garantir a equalização do financiamento da Educação Básica em nível local;

9. Empenhar uma proposta de qualidade que, diferente do modelo passado de expansão de matrículas, não deixe de ofertar oportunidades e possibilidades a nenhum brasileiro ou brasileira;

10. Fomentar que todos os municípios construam bases próprias de diagnóstico e metodologia de acompanhamento de resultados escolares;

11. Lutar pela integração entre Educação Básica, Profissional e Ensino Superior, pois não são concorrentes em um plano nacional de educação, e sim fundamentalmente complementares;

12. Garantir o acesso ao Ensino Superior público e de qualidade a todos e todas, como estratégia de qualificação da juventude e de redução das desigualdades;

13. Fortalecer o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) como porta de entrada para o Ensino Superior, garantindo o acesso da população mais carente ao Ensino Universitário;

14. Integrar as políticas de Ciência e Tecnologia com as estratégias de pesquisa científica nas universidades públicas, para que atuem em prol do progresso social;

15. Fortalecer a formação de professores e a criação de modelos de gestão que priorizem a relação humana com os docentes, garantindo dedicação, compromisso e autonomia;

16. Permitir que os professores sejam agentes ativos nas políticas que propõem a criação de um plano de nação;

17. Colaborar para uma formação do Conselho Nacional de Educação mais amplo, com participação de diversos segmentos e níveis de profissionais da Educação;

18. Incrementar as ações do Estado com o objetivo de efetivar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

19. Atuar para que, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), 50% das escolas públicas no Brasil ofereçam Educação integral a partir de 2020;

20. Unir esforços para que o PNE se mantenha e seja rigorosamente cumprido e qualificado, sempre que oportuno.

PROGRAMAÇÃO

Mesa de Abertura

RICARDO COUTINHO

Presidente da Fundação João Mangabeira

MÁRCIO FRANÇA

Ex-governador do Estado de São Paulo

Conferência 1

A Educação como conquista, direito e patrimônio da sociedade: sentidos e problemáticas no Brasil recente

JOSÉ HENRIQUE PAIM

Ex-ministro da Educação

Moderador: **RICARDO COUTINHO**

Presidente da Fundação João Mangabeira

Conferência 2

Do diagnóstico à construção de soluções para a Educação no Brasil

ROBERTO LEHER

Reitor da UFRJ

Moderador: **RICARDO COUTINHO**

Presidente da Fundação João Mangabeira



“É impossível pensar alguma nação que atinge o nível de civilidade adequado sem passar exatamente por um grande investimento em Educação, que dure, com certeza, décadas, gerações.”

Ricardo Coutinho



“Tem escola pública com dificuldades, mas tem muita escola pública que é de excelente qualidade, mesmo com todas as dificuldades.”

Márcio França

PROGRAMAÇÃO

Mesa 1

Razões, sensibilidades e funções da Educação como política pública e dever do Estado

ANA ABREU

Professora adjunta e pesquisadora da Universidade Federal de Alfenas de Minas Gerais. Pós-doutora em Educação

ELISEU GABRIEL

Vereador de São Paulo, professor de Física e presidente do PSB da cidade de São Paulo

FELIPE RIGONI

Deputado Federal pelo Espírito Santo. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Harvard

Moderador: **MÁRCIO FRANÇA**

Ex-governador de São Paulo

Mesa 2

Financiamento da Educação – os números da política e a política dos números

ESTHER DWECK

Professora adjunta do Instituto de Economia da UFRJ

JORGE ABRAHÃO CASTRO

Diretor de Temas Sociais da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento

Moderador: **FABIO MAIA**

Diretor de Organização da Fundação João Mangabeira

Mesa 3

Modelos da governança socialista da Educação pública

ALESSIO TRINDADE

Secretário de Estado da Educação da Paraíba

FREDERICO DA COSTA AMÂNCIO

Secretário de Estado da Educação de Pernambuco

PAULO MATHEUS

Secretário Municipal de Educação de Guarulhos (SP)

Moderadora: **ESTELA BEZERRA**

Deputada Estadual - PB

A Educação como conquista, direito e patrimônio da sociedade: sentidos e problemáticas no Brasil recente

O ex-ministro da Educação, José Henrique Paim, afirmou que a Educação “parece ser tratada como um problema, mais do que como uma solução para o desenvolvimento do Brasil”, e deixou claro a existência de desencontros estratégicos. Ao mapear o lugar de sua fala, a partir da gestão pública, enfatizou que “nós podemos, sim, recuperar o tempo perdido, com um projeto que seja muito bem construído e que volte a pensar o modelo de Educação para todos”.

Certo de que o Estado tem a obrigação de gerar um conjunto de oportunidades para as crianças e jovens do País, ele asseverou que embora o Congresso Nacional esteja debatendo a criação de um sistema de Educação para o Brasil, o mesmo já existe. O ex-ministro defende que tanto a Constituição quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) regulamentam as funções dos entes federados organizando-os como em um sistema.

O conferencista reiterou a importância da gestão em Educação ocorrer no modelo de cooperação compartilhada autônoma. “Não adianta o governo federal, Ministério da Educação, impor determinadas políticas sem que haja uma pactuação e um acordo com os estados e municípios para que essas políticas sejam implementadas.” Mas não descartou a necessidade de um avanço no modelo de gestão desse sistema fazendo-o “mais orgânico, funcional e mais colaborativo”.

José Henrique Paim
Ex-ministro da Educação

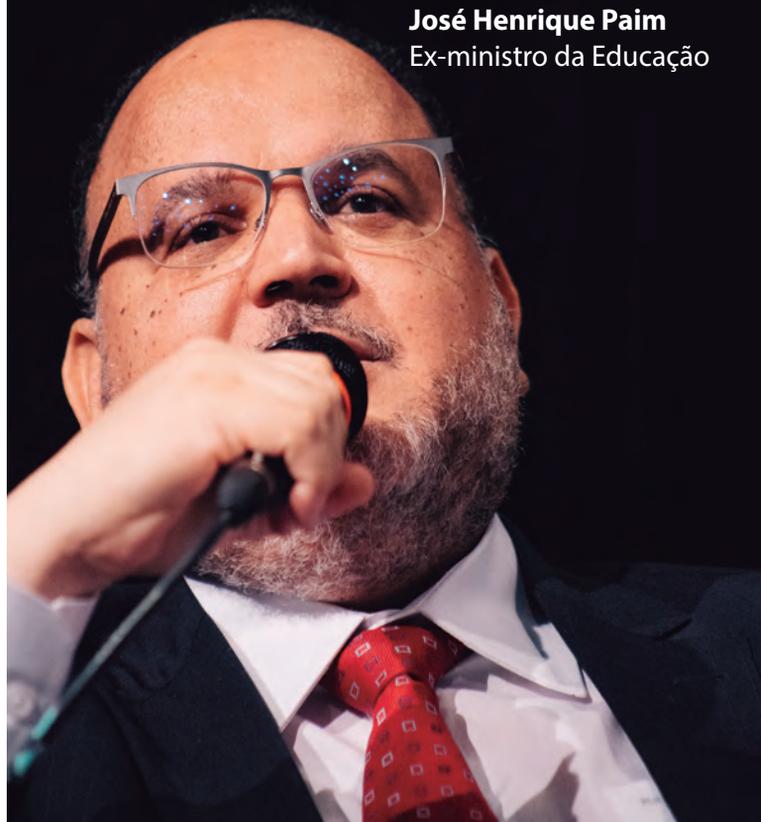


Foto: Marcus Mendes, 2019.

Para o ex-ministro, o Sistema Nacional de Educação tem que garantir o percurso educacional da criança e do jovem desde a creche até a pós-graduação. A proposta deve se centrar na oferta de uma formação plena, cidadã e profissional.

O segundo grande tema da Educação, prossegue o ex-ministro, é a questão da aprendizagem. Para ele, o Estado precisa garantir o direito do estudante se manter no sistema, reforçando que o acesso já deixou de ser a pauta mais importante do governo.

Em sua fala, enalteceu exemplos bem-sucedidos, como os da Paraíba, Pernambuco e Ceará, e justificou tratar-se de estados que “não pensam a Educação somente na sua rede” mas promovem a articulação colaborativa com os municípios. Em

especial nesses estados, uma das diferenças no modelo de gestão é o compromisso com as avaliações e o acompanhamento dos resultados. Para o conferencista, o momento histórico do Brasil exige que a escolha, no campo da Educação, seja por não deixar nenhum estudante para trás. E isso somente é possível com propostas abrangentes pautadas na oferta de oportunidades.

Um tema presente nos debates educacionais são as habilidades socioemocionais. Sobre isso, concluiu que essas habilidades, reconhecidas como do século XXI, são tão importantes quanto as habilidades cognitivas dos séculos anteriores, mas enfatizou que o Brasil está indo na contramão dessa demanda, visto que o senso crítico, o pensamento reflexivo, é base para o fortalecimento socioemocional e essa formação origina-se, principalmente, em disciplinas como Filosofia e Sociolo-

“Educação Básica e Superior se complementam”

gia, duas áreas ameaçadas recentemente.

Por fim, uma abordagem sobre a dicotomia erroneamente estabelecida, segundo o ex-ministro, entre Educação Básica e Educação Superior. “Não podemos ter uma Educação no Brasil que não pense a área como um todo, sem fragmentação. Elas todas se complementam.”



Do diagnóstico à construção de soluções para a Educação no Brasil

Fotos: Marcus Mendes, 2019.



Roberto Leher, reitor da UFJR, defende ser impossível refletir, hoje, sobre o futuro da Educação, olhando para as políticas de uma forma intraeducacional, como acontece no País. A Educação, segundo ele, é fundamental para a democracia política. “Nós temos que pensar a Educação como uma interface entre democracia política e democracia econômica.” Uma olhada para a história do Brasil e lá estão alguns exemplos que reforçam sua tese. Muito do desenvolvimento econômico do País tem como origem a pesquisa realizada no campo da academia no modelo realizado pelo CNPq, Capes, ITA, Finep, Embrapa e até mesmo pela Empraer.

Uma das críticas de Leher é o acobertamento que se faz em nome de uma política educacional falsamente universal. Os indicadores da área com-

Roberto Leher
Reitor da UFRJ

provam como a Educação foi negada, no passado, para os jovens das comunidades rurais e para a juventude negra. Será possível, muito em breve, registrar a diferença a partir de modelos bem-sucedidos de políticas educacionais, praticados por estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. “Nós teremos um crescimento muito grande nessas regiões, com mudança do perfil social de uma maneira absolutamente emocionante e impactante.”

Quanto ao Sistema Nacional de Educação, o reitor é enfático, ao afirmar que o sistema público não pode estar estilhaçado, em 5.570 municípios. “Talvez o elemento mais decisivo hoje seja uma equalização da escola.”

Para o reitor, não haverá avanços sem uma política de formação de professores. “Ou nós mudamos a imagem do professor ou não vamos ter mudanças substantivas na Educação brasileira. E mudar a imagem dos professores significa mudar



“Precisamos inserir a Educação numa perspectiva de criação de uma vontade nacional popular”

também a forma como o Estado estrutura e valoriza a carreira dos trabalhadores docentes”.

Na tentativa de colocar o tema em seu devido lugar de importância, o reitor declarou que a Educação tem que ser parte da estratégia política, como mudança de correlação de forças. Isso significa, disse ele, “inserir a Educação numa perspectiva de criação de uma vontade nacional popular, em que o tema seja estruturante”. Nessa

“Ou mudamos a imagem do professor ou não vamos ter mudanças substantivas na Educação brasileira”

linha, fez críticas: “É importante que nós tenhamos um Conselho Nacional de Educação mais amplo e não como órgão de governo, mas como esfera do Estado”.

Sobre o tema investimento, o conferencista foi claro: “Nós precisamos, num espaço curto de tempo, aportar algo como R\$ 300 bilhões na Educação pública. É muito para o País? É muito para o País, mas, enfim, é uma estruturação de algo novo”.

Razões, sensibilidades e funções da Educação como política pública e dever do Estado

Foto: Marcus Mendes, 2019.



FELIPE RIGONI

Deputado Federal do Espírito Santo. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Harvard

ANA ABREU

Professora adjunta e pesquisadora da Universidade Federal de Alfenas - Minas Gerais. Pós-doutora em Educação

ELISEU GABRIEL

Vereador de São Paulo. Professor de Física e Presidente do PSB da cidade de São Paulo

Em defesa da Educação propulsora das igualdades, o deputado Felipe Rigoni enalteceu que educar não pode ser somente um negócio técnico, restrito ao aprendizado da Língua Portuguesa e da Matemática. Para ele, a Educação deve ser integral, assim como está escrito no PNE. “As pessoas precisam aprender, na escola, habilidades socioemocionais que vão permiti-lhes pensar criticamente, de se comunicar muito bem, de criar coisas novas e de colaborar com outras pessoas.”

Para avançar, o Ministério da Educação (MEC) precisa vencer três desafios, segundo o deputado. O primeiro deles é o desafio de financiamento. O

segundo é o pedagógico, fazer com que o MEC consiga colocar de pé a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O terceiro é o desafio que o deputado identifica como estrutural (estrutura física, professores e demais áreas). Quanto aos professores, denunciou que o MEC sumiu com o programa de formação de professores e o prejuízo da falta de uma política para a qualificação dos docentes é irreparável.

Membro da comissão que está avaliando a PEC do Fundeb, Rigoni afirmou que o desejo é de “constitucionalizar o Fundeb e dar novas regras para que ele seja mais distributivo entre os municípios”.

Como prioridade em sua pauta de parlamentar, o deputado colocou a equalização dos valores por aluno/ano, a fim de diminuir as diferenças entre estados e municípios e aumentar a provisão federal do Fundeb, que está em 10%. “Já é consenso aumentar para, pelo menos, 15%, mas existem algumas ideias circulando para aumentar para 25% a 30%.”

Na condição de professora, Ana Abreu identificou a categoria como de pensadores, e constatou a real necessidade de os docentes fazerem parte dos grupos que pensam os projetos para este País. “As licenciaturas estão num degrau muito abaixo, só que são essas licenciaturas que vão formar os professores.”

A conferencista disse defender pontos positivos e negativos da BNCC, mas que o pior é o fato de os professores estarem recebendo cartilhas para a formação a partir das habilidades, enquanto, no País, 14 milhões de pessoas não sabem nem ler e escrever.

Com base nos indicadores de matrículas para os cursos de licenciatura, que, segundo a professora, caem anualmente, a tendência é a inexistência desses profissionais em futuro muito breve. “Daqui há dez anos, não teremos professores nem para a Educação Básica nem para o Ensino Superior.”

“Nós temos que defender a democracia dentro da escola, os direitos do cidadão e organizar a resistência”

Segundo o vereador Elizeu Gabriel, as inversões tributárias praticadas interferem diretamente na política educacional. “A nossa carga tributária é em torno de 34% do PIB. Na França, são

44% do PIB. Na Itália, são 42%. Na Suécia, são 47%. No Japão, são 30%. Na Espanha, são 38%. E nos Estados Unidos, 29%, 30%. O problema não é o tamanho da carga tributária, mas o que é cobrado e de quem está sendo cobrado, que é o errado.”

Sobre os gastos públicos, o vereador criou um parâmetro também comparativo. “Os países mais desenvolvidos têm por habitante U\$ 12 mil dólares do imposto que eles arrecadam. No Brasil, são U\$ 3.700 dólares por habitante. Nós temos três vezes e meio menos recursos para os serviços públicos do que os outros países. E isso inclui o recurso para o financiamento da Educação.”

Apesar de reconhecer que o Ensino Básico, no Brasil, é problemático, o vereador chamou a atenção para a necessidade de enaltecer as vitórias nessa área. “Esse ataque sistemático, mesmo dos setores de esquerda, dizendo que a Educação Básica, a Educação Pública é uma droga, só favorece quem quer destruir o sistema. Nós precisamos ter muito cuidado com isso. Isso é muito importante.”

Para o vereador, uma pauta emergencial é a PEC do Teto. “Nós temos que reagir, combater, temos que defender os recursos para a Educação, temos que ser contra a PEC do Teto, temos que defender a democracia dentro da escola, os direitos do cidadão e organizar a resistência.”



JORGE ABRAHÃO CASTRO

Doutor em Ciência Econômica no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.



ESTHER DWECK

Professora adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fotos: Marcus Mendes, 2019.

Financiamento da Educação: os números da política e a política dos números

Desde 1930, a Educação, no Brasil, apresenta uma estrutura de financiamento com vinculações tributárias. Segundo o economista Jorge Abrahão Castro, o financiamento da Educação apoia-se em três pilares. “Um é a vinculação geral, 18% de todos os impostos para a União. Outro, 25% dos impostos de estados e municípios, mais o salário-educação. E, por dentro dessa estrutura, há a subvinculação do Fundeb.”

Para o economista, propor a qualificação do financiamento da Educação Pública, no Brasil, passa, impreterivelmente, pela reforma tributária. “A estrutura tributária, que é muito desigual, gera desigualdades permanentes. O gasto com um aluno do Fundeb da Paraíba ou de Pernambuco é 70% destinado a um aluno de São Paulo, com a complementação. E isso não é devido às necessidades desse aluno, é devido à estrutura tributária que nós temos”.

Castro é categórico, ao afirmar que não há

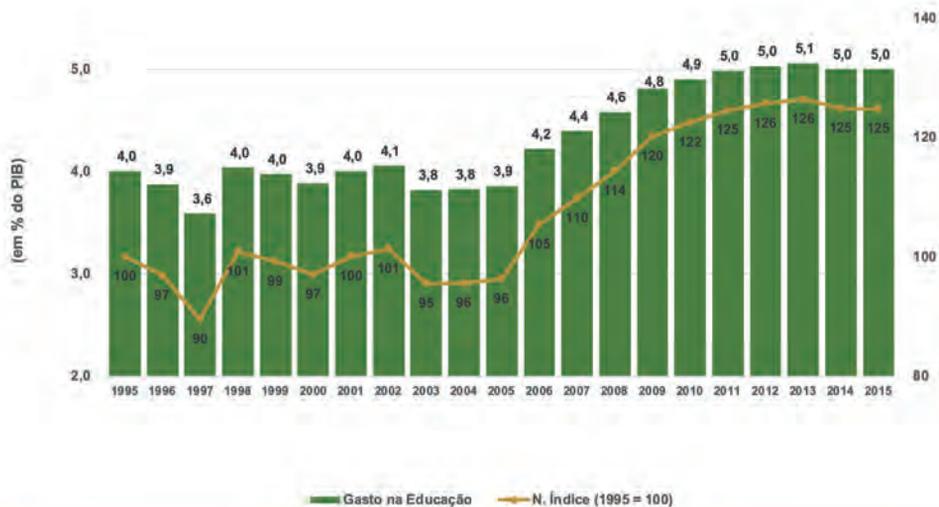
Educação de qualidade sem tributação, sem financiamento adequado.

Sobre o PNE, primeiro o palestrante enaltece a meta 20, que estabelece a destinação de 7% do PIB no quinto ano do plano e de 10% do PIB no final do plano (2014 – 2024), depois sentencia que o PNE está atualmente sob ataque.

“De 1995 até 2005, nós tivemos um gasto que nunca passou de 4% do PIB. Depois de 2005, você tem um processo de crescimento que chega até 5%.”

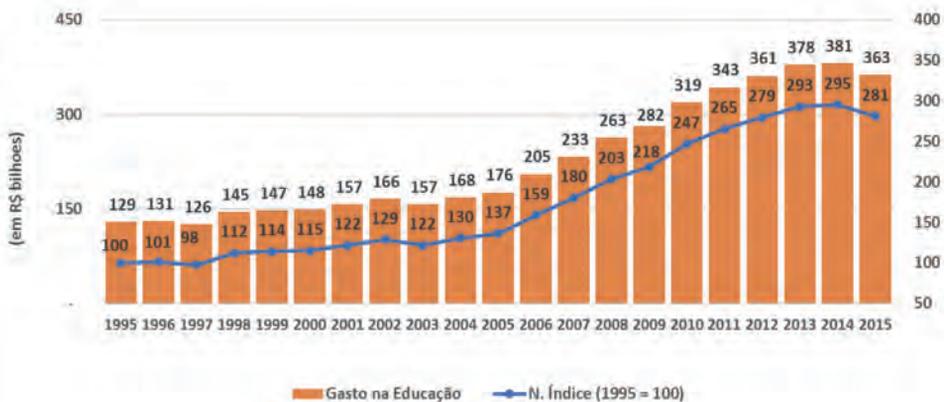
“Não há Educação de qualidade sem tributação, sem financiamento adequado”

Gasto em Educação: 1995-2015 (em % do PIB)



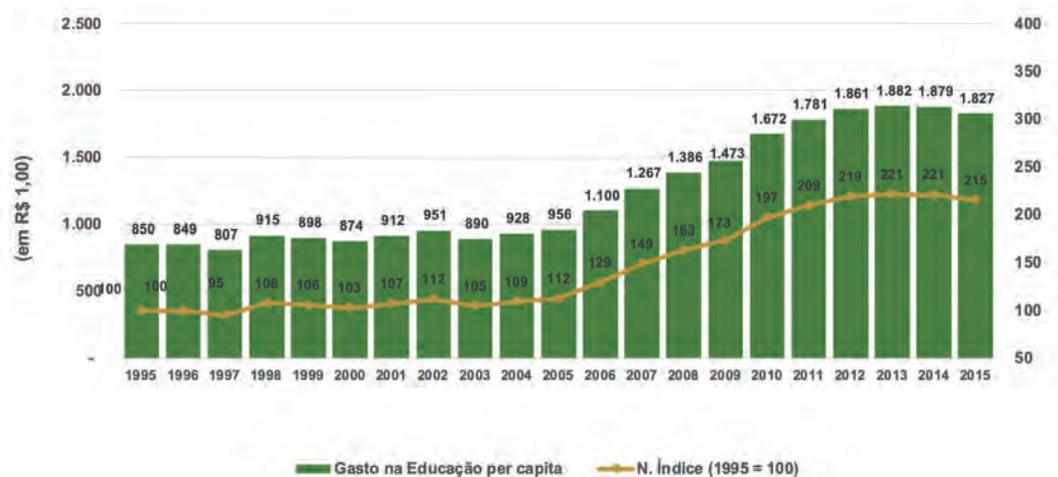
Fonte: Jorge Abrahão Castro, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

Gasto em Educação: 1995-2015 (Em R\$ bilhões de maio de 2019, IPCA)



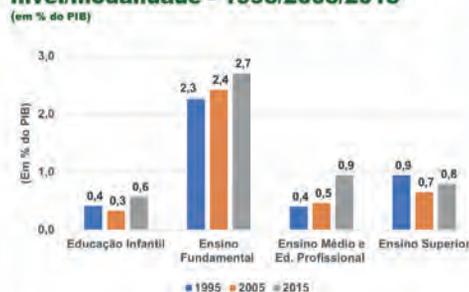
Fonte: Jorge Abrahão Castro, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

Gasto em Educação *per capita*: 1995-2015 (R\$1,00, IPCA 2019)

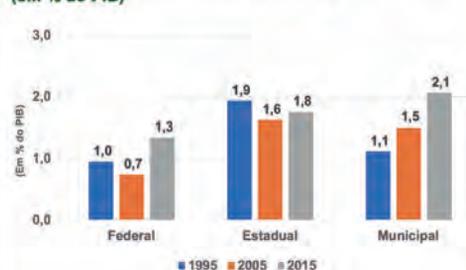


Fonte: Jorge Abrahão Castro, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

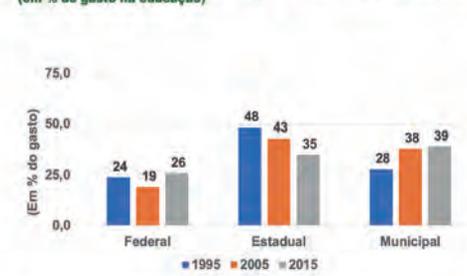
Participação relativa dos gastos por nível/modalidade - 1995/2005/2015 (em % do PIB)



Gastos em educação por Unidade da Federação - 1995/2005/2015 (em % do PIB)



Participação relativa dos gastos por Unidade da Federação - 1995/2005/2015 (em % do gasto na educação)



Fonte: Jorge Abrahão Castro, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

Todos os níveis de modalidade de ensino avançaram, esclarece o economista, mas uns ganharam mais do que outros. “Todo mundo sabe que o Ensino Médio e a Educação Profissional voltaram a existir depois de 2005. Até então, estavam num processo muito ruim de matrícula e de financiamento.”

Quanto aos investimentos em Ensino Superior, Castro explicou que não dá para acusar a universidade de ser a grande vilã do financiamento da Educação. “Essa modalidade recuperou, mas nem está no patamar que tinha em 1995, em termos

relativos.” Em relação aos entes federados, ele concluiu que o governo federal voltou a ter certo protagonismo, mas destaca os protagonistas do movimento como um todo são os municípios.

Sobre os cortes promovidos pelo governo federal, o economista jogou luz no jogo de palavras que, com certeza, ludibria a realidade. “Vão falar para a gente o seguinte: mas o gasto vai subir em relação ao PIB. Lógico, o PIB está naufragando, o gasto sobe, mas não porque o investimento está aumentando, mas porque o denominador está caindo mais rápido. Essa é a questão.”

Um dos temores do passado, do economista, estava tomando forma, disse ele. “Eu escrevi um texto, discutindo entre nós mesmos na área social e tudo indica, seguindo o modelo de gestão posto, que teremos a Educação contra a saúde, a saúde contra a previdência, a previdência contra a pobreza. É tudo o que não queremos.”

O salário-educação foi apresentado pelo economista como uma outra fonte importante de recursos, mas assegurou que também essa fonte “vai capotar” porque a folha de salário, seguindo as propostas recentes, vai sumir. Para ele, as pessoas não fazem essa relação de imediato, mas todas as

mudanças no campo do trabalho repercutirão diretamente no financiamento da Educação.

Seguindo essa leitura dos efeitos em cascata, Castro foi categórico ao afirmar que o baixo crescimento econômico é ruim por todos os motivos que sabemos, mas, também, porque tem um efeito negativo na tributação, logo, no financiamento público atrelado a ele.

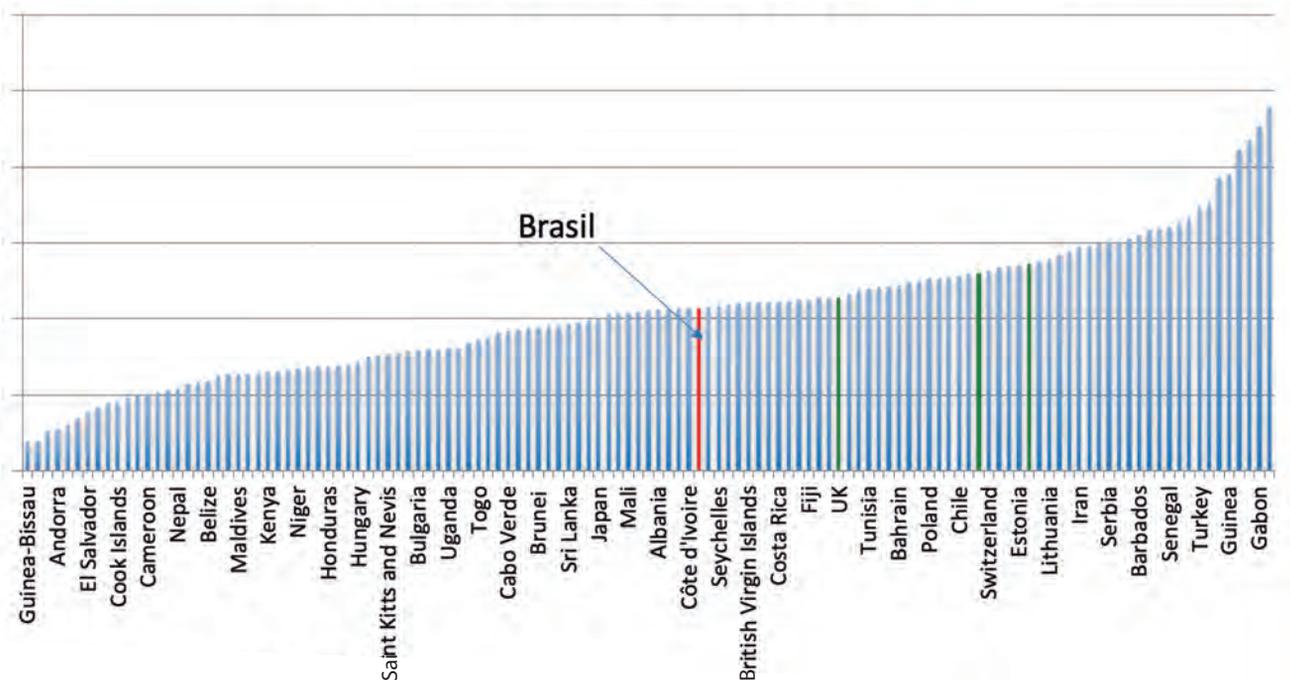
O economista anuncia como uma loucura a proposta da Emenda Constitucional que está circulando no Congresso propondo a desvinculação total. “Se aprovada, acabará com o financiamento da Educação.”

“Não se gasta demais com Ensino Superior no Brasil”

Como analista das relações macroeconômicas, a economista Esther Dweck explicou que foram criadas muitas regras, que vão impor restrições fortíssimas, no financiamento não só da Educação,

como de toda a área social, com consequências gravíssimas, do ponto de vista social e de capacidade de crescimento econômico do País. A palestrante esclareceu que, embora o percentual

21,5% dos gastos públicos com Educação, no Brasil, são com Ensino Superior - 58º entre 128 países



Fonte: OCDE. Esther Dweck, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

do PIB investido no Brasil seja maior do que no Japão, “o PIB *per capita* japonês é quatro ou cinco vezes maior que o nosso.” Dwech alertou para distorções como essa, evidenciando ser interesse do governo fazer com que pensemos que o investimento é alto, por isso não há problema em promover cortes. Nessa mesma linha de desmitificação, a palestrante afirmou ser outra falácia a assertiva de que se gasta demais com Ensino Superior no Brasil, comparado com a Educação Básica. “O Brasil está na média, muito mais próximo dos países mais pobres do que os países ricos que estão lá na ponta.”

Com ênfase nas desigualdades, Dwech estabeleceu uma comparação com o setor privado. “Uma mensalidade na escola privada, no Brasil, é praticamente o valor do que se gasta o ano inteiro com um aluno na Educação Básica. Então, como você vai conseguir manter o mesmo

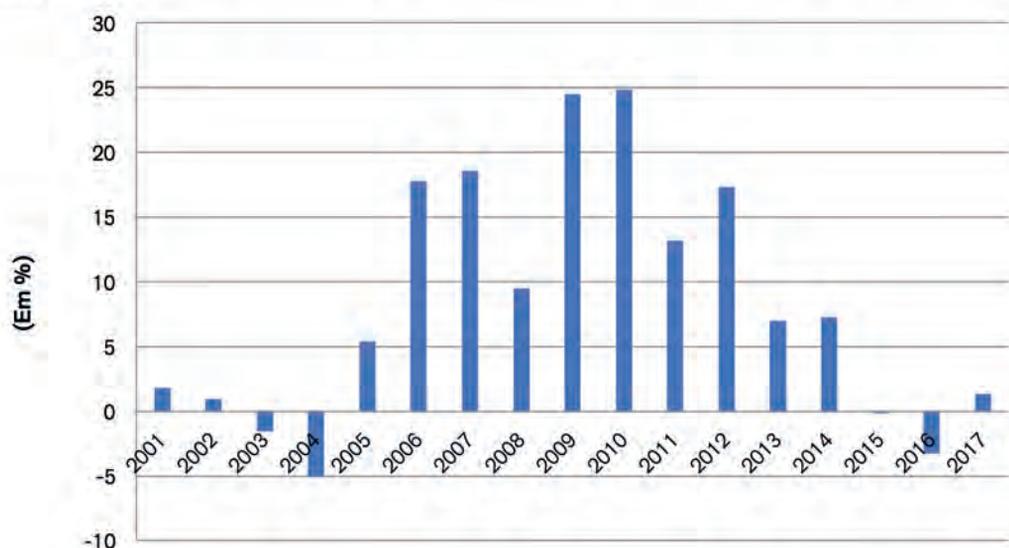
nível de qualidade se um gasta doze vezes mais do que o outro?”

Preocupada com as consequências da EC 95, de 2016, chamada de novo regime fiscal, a economista explicou que a desvinculação da Educação fará o financiamento sair de 18% da receita líquida de impostos e passará a ser um valor simplesmente corrigido pela inflação, o que poderá significar nenhum crescimento real dos gastos do piso. Essa realidade, segundo a palestrante, prejudicará a aplicabilidade da Meta 20 do PNE, em especial quanto ao Custo Aluno Qualidade (CAQ). “Esse é o cenário que a gente tem para a frente, se nada for mexido. Uma queda *per capita* que, na verdade, é uma queda por aluno.”

Quanto aos acontecimentos deste ano, a conferencista explicou que o nível de investimento federal está sendo o mais baixo dos últimos 15 anos e as consequência são claras. “Além de não

Redução das Despesas com Educação

CRESCIMENTO REAL DO GASTO DA UNIÃO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO 2001 - 2017



Fonte: Tesouro Nacional. Esther Dweck, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

termos o impulso de crescimento, o valor que se tem não permite manter os ativos federais.”

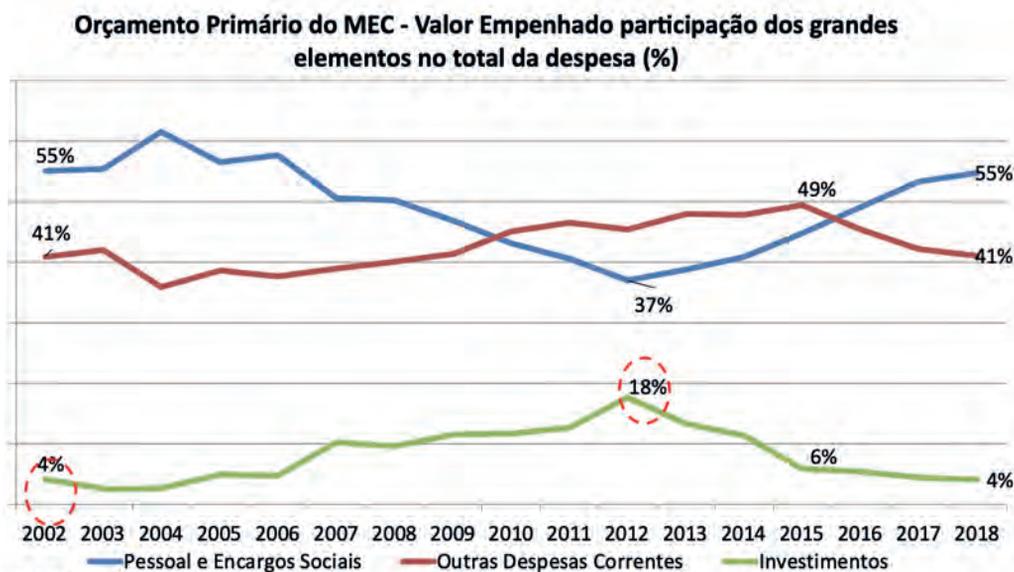
Em relação aos investimentos, houve crescimento até 2014 e depois novas quedas. “Em 2015, foi zero, em 2016 foi negativa, em 2017 foi relativamente positiva, e em 2018 volta a cair de novo.”

Para explicar o crescimento em investimento, a economista esclareceu tratar-se do período de criação dos institutos federais e de expansão das universidades federais. “O peso dos investimentos no total do orçamento do MEC, que era de 4%, chegou a 18%, em 2012. O gasto com pessoal, que era de 55%, caiu para 37%. As

matrículas nas universidades públicas passaram de 641 mil para 1,3 milhão. Mais que dobrou o número na rede pública federal de Ensino Superior, no período de 2007 até 2017.” Comparando, o investimento hoje em universidade pública é o mesmo aplicado em 2007, só que com o dobro de alunos matriculados.

Ao reiterar que a rivalidade entre os Ensino Superior e Básico não se sustenta, a professora exibiu os números. “O total investido nas universidades é de R\$ 49 bilhões, dos R\$ 136 bilhões da Educação. As universidades significam um pouco mais de um terço do orçamento do MEC. Não é nem metade do orçamento do MEC, como falam.”

No período de expansão das despesas, o que mais cresceu no orçamento primário do MEC foram os investimentos



Entre 2002 e 2012, os investimentos passaram de 4% do orçamento primário do MEC para 18%, enquanto as despesas com pessoal declinaram de 55% para 37%

Fonte: Esther Dweck, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

A conclusão da palestrante é que houve um crescimento expressivo no campo federal e isso, claro, tem consequência. Ao contrário do que se fala, o corte proporcionalmente maior foi no

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). “E o que tinha no FNDE fortíssimo em 2013/2014, com destinação de R\$ 17.5 bilhões? O aumento de investimento nas creches e no apoio à



Fotos: Marcus Mendes, 2019.

infraestrutura na Educação Básica. Isso acabou. Investimento em creche, hoje, é praticamente zero”.

O grande problema fiscal do Brasil, segundo Dweck, é a perda de arrecadação e a política de corte adotada como resposta ao problema. “O governo está cortando gastos e, a partir do momento em que corta gastos públicos, deixa de contratar gente, deixa de contratar serviços, deixa de pagar para a iniciativa privada. Começa, então, a ter queda no PIB. Logo, queda de arrecadação e piora da situação fiscal.” Com base em estudos, defende que “o corte de R\$ 1 na Educação gerou uma queda de 3.8 no PIB, em 2015. Ao cortar R\$ 1,

há a perda de R\$ 2 de consumo das famílias, porque se deixa de gerar renda para as famílias que, por sua vez, deixam de consumir. Se o corte atingir R\$ 1 bilhão, há a perda de 85 mil empregos e perda de impostos também”.

Historicamente, ouvindo a economista, é possível observar que os cortes promovidos impõem, claramente, outro projeto de País que é totalmente incompatível com aquele que estava previsto na Constituição de 1988. “A Emenda Constitucional 95 é uma destruição da Constituição e ela faz pela forma mais indireta, embora nas áreas de saúde e educação tenha sido bastante direta.”



FREDERICO DA COSTA AMÂNCIO
Secretário de Estado da Educação
de Pernambuco



ALESSIO TRINDADE
Secretário de Estado da
Educação da Paraíba



PAULO MATHEUS
Secretário Municipal de
Educação de Guarulhos (SP)

Modelos da governança socialista da Educação Pública



Sala de aula, Escola do
Estado de Pernambuco

Pernambuco saiu do último para o primeiro lugar do Ideb, no Brasil

A política exitosa no campo da Educação Pública, em Pernambuco, está diretamente vinculada à trajetória do PSB, disse o Secretário de Estado da Educação, Fred Amâncio. Para explicar a transformação ocorrida nos últimos anos, ele fez um breve relato da realidade encontrada em 2007. “O estado ocupava o 21º lugar no Ideb do Brasil. Era o 26º em abandono escolar, com uma taxa de 24%, em 2007. O penúltimo lugar do Brasil. E em aprovação, o estado era o 22º lugar do Brasil com uma taxa de aprovação só de 67%.”

Para Amâncio, o resultado positivo obtido não se explica simplesmente pela atenção à Educação e sim pela decisão de governo de transformar a gestão pública. “Foi implantado um

conjunto de ações, todo um trabalho de gestão na área de diagnóstico, planejamento, estabelecimento de estratégias, planos de ação.”

O programa de gestão em Educação, adotado em Pernambuco, foi organizado em quatro eixos estratégicos: Infraestrutura, Ensino Médio e Técnico Integral, novos insumos pedagógicos e gestão por resultados. “No início, tivemos que interditar 70 escolas com riscos estruturais, era a prioridade daquele momento. Todo esforço foi concentrado na recuperação das escolas. Passados os anos, o governo está na fase de qualificação com investimento em quadras cobertas, climatização das salas.”

O investimento para a oferta de Educação



Fonte: Fred Amâncio, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

Integral, conceito que o secretário explica ser mais abrangente do que tempo integral, foi bastante expressivo. “Efetivamente construímos um conjunto de competências e habilidades maior do que o conhecimento do conteúdo de Matemática, da Língua Portuguesa, História, Geografia, Sociologia, Filosofia. Fortalecemos uma estratégia não de implantar meia dúzia de escolas, mas construir um plano de longo prazo para implantar escolas de Educação Integral em todo o Estado. Essa foi a grande diferença.”

A meta inicial do governo era chegar a 160 escolas com período integral. Em 2010, o primeiro governo do PSB fechou com 165, 21% da rede de escolas estaduais de Ensino Médio no Estado. Depois, houve nova expansão. “Nós finalizamos 2014 com 300 escolas de tempo integral no Estado. Todos os municípios, em Pernambuco, tinham uma escola de tempo integral”. Na atualidade, são 412 escolas no modelo integral. “Temos 54% das nossas escolas de Ensino Médio de tempo integral e 57% dos estudantes”. O Estado está acima da média nacional. Esse investimento atendeu também às Escolas Técnicas Profissionais. “Eram só seis escolas técnicas estaduais em 2007, hoje são 44.”

Para ilustrar a terceira importante estratégia de investimento em Educação, o secretário falou sobre três projetos para criação de insumos pedagógicos e inovações. O primeiro deles foi a plataforma Escola Conectada, com a oferta de mais de 10 mil conteúdos digitais para acesso livre dos professores do Fundamental e do Médio. A segunda ação foi o fortalecimento dos laboratórios de robótica. “Nós somos tetracampeões estaduais da Olimpíada Brasileira de Robótica no Estado.” O terceiro projeto apresentado pelo secretário refere-se a uma iniciativa recente de oferecer programação nas escolas. “Essa é a linguagem do futuro. “Programação não vai ser mais uma profissão especificamente. Todos, em qualquer profis-

são, vão ter que saber programação. Os aplicativos vão estar presentes em todas as áreas, na saúde, na segurança, na área jurídica, em todas elas. A gente tem que preparar o jovem não é para fazer o Enem do final do ano, mas prepará-lo para o futuro.”

Sobre acompanhamento e avaliação, Amâncio deixou claro que, sem essa operação, não há avanço pois é fundamental, o reconhecimento das realidades de aprendizagem. Para compartilhar os resultados, o Estado mantém a plataforma Foco e Educação. “Apresenta os resultados detalhados das avaliações, inclusive os resultados do Enem para entender cada questão, o que a gente precisa melhorar para que os nossos estudantes possam se desenvolver.”

O programa Ganhe o Mundo, criado em 2012, é uma das ações exitosas do governo, segundo o secretário. “Ofertamos 15 mil vagas em cursos de línguas. Nós é que bancamos. Não é a aula que ele tem na escola, é um curso extra de línguas, fora do horário normal na escola. Até os que são de tempo integral ficam mais tempo na escola. É voluntário. Dos 15 mil, nós selecionamos, todos os anos, 1.060 que viajam para o exterior. Passar um semestre letivo totalmente bancado pelo governo do estado.”

Com o objetivo de garantir a permanência do estudante da rede pública na universidade, depois de um diagnóstico, o estado passou a oferecer bolsa de manutenção na capital. “São mil bolsas ofertadas todos os anos, para os dois primeiros anos do curso. Uma bolsa mensal de R\$ 950 no primeiro ano, simplesmente para ele se manter. Em 2017, só 40% dos jovens que concluíam o Ensino Médio nas nossas escolas da rede pública em Pernambuco faziam o Enem. Já em 2018, quando a gente lançou o programa em janeiro, em um ano saltou de 40% para 70%.”

Os índices mostram os resultados. “Em 2015, nós chegamos ao primeiro lugar do Ideb. Saímos do 21º para o primeiro lugar do Brasil.”

Prática da Escola Cidadã Integral diminui violência em área de vulnerabilidade na Paraíba



Foto: Acervo do governo do estado da Paraíba, 2019.

Outra experiência exitosa na área da Educação, na Região Nordeste do País, liderada pelo PSB, foi na Paraíba. O Secretário de Estado da Educação, Aléssio Trindade, falou sobre a realidade encontrada em 2011, quando Ricardo Coutinho assumiu o governo. Houve uma reorganização física da rede, mas o maior impacto foi no compromisso. De R\$ 44,3 milhões de investimento, em 2010, o estado saltou para R\$ 1,4 bilhão, em

2019. Para Trindade, a vitória do estado foi coletiva. Com o programa Orçamento Democrático (OD), todos puderam participar e apresentar suas reivindicações. “Este ano já foram realizadas 16 audiências, em todo o estado e, diferente das edições anteriores, a Educação vem sendo apresentada como prioridade.”

Em 2017, afim de agir de maneira colaborativa com os municípios, o governo do estado criou o

Soma. A proposta reforça os princípios estabelecidos pelo Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba (2012), que sempre teve como contrapartida do investimento do estado, no município, ações de reversão dos problemas sociais. A partir de 2017, como contrapartida, foi proposta a adesão ao Soma. “O programa avalia os alunos do estado e dos municípios dos primeiros, segundos, quintos e nonos anos do Ensino Fundamental, em letramento, escrita e nas operações matemáticas.

Nós temos a base de avaliação da aprendizagem na idade certa, que permite fazer a intervenção pedagógica.”

Toda a estrutura do estado e, com o Soma, de outros 221 municípios, está organizada em uma plataforma digital. “O Saber permite que todos os estudantes estejam na mesma base de dados fazendo com que realmente possamos ver a trajetória dos alunos. Afinal, o aluno nem é da rede estadual nem é da rede municipal. A Educação é

Foto: Acervo do governo do estado da Paraíba, 2019.



que é dele". Os resultados já começam a ser reconhecidos. "Nós tivemos melhoria de 30% na aquisição de leitura com relação à prova realizada pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)".

Para o secretário, a participação do professor tem sido fundamental. "Nós temos professores que têm a confiança em que, mesmo na crise, nós temos um governo que vê a Educação Pública como fundamental para o desenvolvimento do projeto do estado e que vê o protagonismo do professor e dos estudantes como elementos essenciais."

Para fortalecer a relação com o docente, foram implantadas ações importantes, como o prêmio Mestres da Educação, que é o décimo quarto salário para aquele professor que se destaca, avaliado por meio de edital anual e o Escola de Valor, que reconhece o bom desempenho das unidades escolares, com destaque para os resultados do Ideb.

Não somente a bonificação fortalece a relação com os professores, disse o secretário ao apresentar o Programa Gira Mundo. Inicialmente criado para viabilizar que o estudante da rede pública paraibana pudesse fazer intercâmbios culturais para outros países, o programa passou a ser oferecido também para os docentes. "Mais de 70 professores da Paraíba fizeram um curso de um ou dois meses na Finlândia e outros 20 passaram um mês no Kibutz, em Israel. Quando eles voltam, atuam em rede e multiplicam os saberes adquiridos para as escolas onde

lecionam". Como exemplo, Trindade citou o caso de um professor que está plantando frutas às margens do Rio Paraíba, onde antes, nada era produzido.

Sobre a proposta de Educação Integral, o secretário apresentou o programa Escola Cidadã Integral. "Começou em 2016, com oito Escolas Cidadãs Integrais. Em 2017, passou para 33 e, em 2018, já eram cem escolas. Este ano, aumentamos para 153 escolas, 37% das escolas públicas de Ensino Médio do estado. Na área da profissionalização, são 68 Escolas Cidadãs Técnicas Integrais".

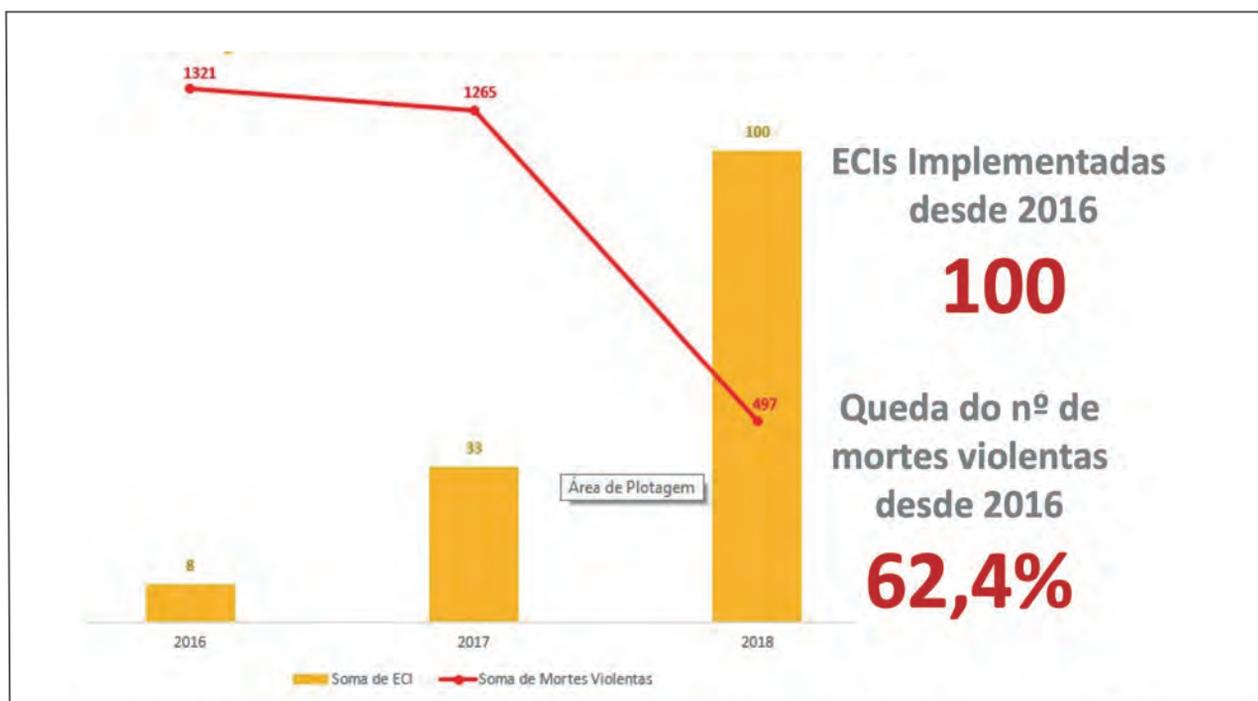
A proposta pedagógica das escolas é diferenciada. "A nossa escola integral é focada no projeto de vida do estudante. Existe até a disciplina coletiva Projeto de Vida, em que o estudante compreende a sua trajetória, a tradição da sua comunidade, a sua história, as suas emoções, os seus sonhos, o seu jeito de ser e o de seus colegas." Trindade explicou o comprometimento dos professores e da comunidade com a criação de duas disciplinas que promovem a integração: Inovação Social e Científica e Intervenção Comunitária. "Os alunos se dividem em times, aprendem a trabalhar com *design* de projetos, gestão de projetos e eles procuram problemas reais para resolver." No terceiro ano, têm a disciplina Empresa Pedagógica. "Eles criam uma empresa virtual e fazem todo o diagnóstico da realidade. A gente tem uma escola que faz a articulação com o setor produtivo e o comunitário."

Um resultado que pode ser comemorado é a relação positiva da queda do índice de violência nas comunidades em que foram implantadas as Escolas Cidadãs Integrais. “Por determinação do então governador Ricardo Coutinho, nós escolhemos regiões vulneráveis, a partir do indicador de Crime

Violento Letal Intencional (CVLI). Números preliminares, avaliados pela inteligência da Secretaria de Segurança do estado, mostram a diminuição em 62,4% no índice de violências em localidades onde as escolas foram instaladas.

Trindade falou ainda sobre iniciativas criadas em

ECIs implementadas x mortes violentas no ano



Estudo Preliminar sobre o impacto das Escolas Cidadãs Integrais em comunidades vulneráveis

Fonte: Aléssio Trindade, apresentação Pense Brasil Educação, 2019.

2019, na gestão de João Azevedo, como o programa Escola Cria, uma primeira experiência em atividade integral para o Ensino Fundamental, com prática bilíngue, e o programa Primeira Chance, pensado como resposta para o estudante que ameaça desistir da escola integral para trabalhar. “Vamos dizer para o aluno: o seu interesse da vida é o trabalho? Você vai ter a primeira

chance, qualificada. Então, esse é um programa impulsionador para o trabalho.”

O secretário reconhece outras iniciativas como exitosas. O Se Liga no Enem fomenta a participação do estudante e motiva-o a seguir até a universidade. O Ouse Criar, ideia de professores que regressaram da Finlândia, incentiva programas e atividades de empreendedorismo.

Guarulhos promove gestão a partir de plano de metas

O Secretário Municipal de Educação de Guarulhos, Paulo Matheus, falou que o governo local organizou um plano de ação em metas. A primeira delas é a valorização do corpo docente e de profissionais de Educação. “Nós estamos desenvolvendo um programa de formação baseado no localismo, ou seja, focado nas especificidades da comunidade escolar, buscando atender às necessidades identificadas.” Sobre a formação de professores, Guarulhos tem um Ensino a Distância (EaD) que atende a 4.265 professores e uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, para formação de cem diretores.

A segunda meta é a adoção de modelos de avaliação para o aprimoramento do ensino. “Fazemos uma Avaliação Diagnóstica, que é disponibilizada individualmente para cada escola para contribuir com suas análises, intervenções e práticas pedagógicas.”

A utilização da tecnologia na sala de aula está compreendida como a terceira meta. “Nós temos, hoje, 70 laboratórios móveis, de um total de 143 unidades. Nós vamos completar isso até o final do ano.”

Articular as etapas da Educação Básica é a quarta meta. A secretaria mantém uma publicação intitulada *Quadro de Saberes Necessários*, com a difusão de propostas curriculares formuladas de maneira coletiva com toda a rede.

Como quinta meta, a Secretaria de Educação de Guarulhos promove a melhoria do clima escolar com reuniões mensais e a promoção de oficinas e encontros com temas que possibilitam a reflexão e resiliência.

A sexta meta é assegurar a qualidade e a garantia do acesso à Educação Infantil. Para expli-

car o desempenho do município, o secretário fez uma narrativa histórica dos problemas de endividamento de Guarulhos herdados da gestão anterior. Apesar da crise, “recuperamos um pouco a capacidade de investimento e retomamos as obras paralisadas. Neste ano, estamos entregando dez escolas e três Centros Educacionais Unificados (CEUs). Estamos realizando reformas emergenciais em 16 escolas. Creche em período integral, nós tínhamos, em 2016, 1.148 e, hoje, temos 4.982 alunos em período integral.”

Promover uma Educação voltada para as habilidades no futuro é a sétima meta do plano. “Oferecemos um curso para o desenvolvimento da criatividade, por meio de uso de tecnologias, com construção a partir de materiais de baixo custo”. O município promove intercâmbio entre Brasil, Argentina, México e Itália, simultaneamente, por videoconferência. Já foram formados 52 professores de diferentes escolas.

A oitava meta é promover a aprendizagem de todos. Entre as várias ações que permitem o cumprimento da meta, o secretário evidenciou o programa Escola 360, cujo tema principal é o envolvimento da comunidade nas práticas e abertura das escolas nos finais de semana para atividades esportivas e culturais. Para as práticas inclusivas, a secretaria mantém 55 Polos de Atendimento Educacional Especializado, para crianças com deficiência, no contraturno, para o desenvolvimento de aprendizagem. “As salas são instaladas com equipamentos diferenciados, mesa alfabeto, computadores e *softwares* especiais e impressoras.”



Foto: Marcus Mendes, 2019.



PENSE BRASIL

EDUCAÇÃO: UMA QUESTÃO DE FUTURO

Acesse pelo Facebook e assista às conferências e palestras
<https://www.facebook.com/Fjoamangabeira/videos/2427676617463294/>

“
NÃO
vamos
desistir
do **Brasil**”

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60441-46-4



9 788560 441464

